

Chamada de Artigos (CAA) – Contribuição para um número da RITA – Ni Una Menos, dez anos depois: lutas, memórias e horizontes políticos

Por ocasião dos dez anos do *Ni Una Menos* (NUM), desejamos refletir sobre as genealogias, atualidades e heranças desse ciclo sem precedentes na história da contestação feminista oriunda das Américas Latinas. Se a Argentina transparece um momento decisivo com a mobilização do dia 3 de junho de 2015, na sequência do feminicídio de Chiara Páez, o slogan *Ni Una Menos* se enraíza em um *continuum* regional de lutas — do México ao Chile, do Peru ao Uruguai — ao mesmo tempo em que inspira, por meio das diásporas e das redes digitais, movimentos feministas em todo o mundo (7N, Women’s March, Me Too, Non Una Di Meno, IWS). Ao formato de slogan, hashtag, campanha e também coletivo feminista, *Ni Una Menos* tornou-se um movimento social cujas reivindicações, inicialmente centradas na denúncia das violências sexistas e sexuais e de sua expressão mais extrema, o feminicídio, deram lugar ao questionamento de um sistema de exploração e de opressões, ao passo que desenvolveram uma imaginação política capaz de transformar as gramáticas militantes tradicionais, impulsionada pela irrupção de repertórios artísticos sensíveis e de economias afetivas inovadoras (Bertolaccini, 2023; Vacarezza, 2025).

Embora o NUM tenha sido percebido como um novo ciclo de mobilizações feministas, ele se inscreve, no entanto, na continuidade de lutas anteriores contra as violências sexistas e sexuais, ao mesmo tempo em que dialoga com processos históricos mais amplos na região: as lutas pela democracia, pela justiça de transição, pelos direitos reprodutivos, bem como pelo reconhecimento dos povos indígenas e afrodescendentes. É na interseção dessas dinâmicas que a denúncia dos feminicídios adquiriu uma dimensão fundadora, atuando como catalisador.

Elaborada no contexto anglo-saxão como *femicide*, essa conceitualização do “assassinato misógino de mulheres por homens” (Russell, Radford, 1992: 11) encontra um eco particular em certos países latino-americanos. Adaptado às realidades locais, o termo adquire uma ressemantização e um alcance renovado para dar conta das responsabilidades estruturais e da violência institucional: o termo *feminicidio*¹, popularizado por Marcela Lagarde a partir dos assassinatos de Ciudad Juárez, sublinha a responsabilidade do Estado e as lógicas de impunidade. Na Costa Rica, Ana Carcedo e Montserrat Sagot (2002) traduzem *femicide* por *femicidio*, a fim de enfatizar o caráter generalizado e socialmente construído do assassinato de mulheres por homens, que elas inscrevem como o último degrau de um *continuum* de violências misóginas (Kelly, 1988). Elas revelam também o caráter quase pedagógico do *femicídio*, que aparece como um lembrete da ordem patriarcal. Por sua vez, a pesquisadora Julia Monárez Fragoso cria a categoria de feminicídio sexual sistêmico para destacar a interconexão da violência contra as mulheres com outras lógicas de poder ligadas à reprodução da subalternidade e da alteridade, revelando a inscrição e a interação do

¹ No contexto de Ciudad Juárez, Marcela Lagarde considera o Estado como garante da manutenção da impunidade generalizada das violências, mesmo as mais extremas, cometidas contra as mulheres, e afirma assim que “quando o Estado é uma parte estrutural do problema, por sua dimensão patriarcal e por seu apego em preservar essa ordem, o feminicídio é um crime de Estado” (2008: 217).

feminicídio com as dinâmicas próprias do contexto geográfico de Ciudad Juárez. Essas conceitualizações permitiram reconhecer a pluralidade das violências sistêmicas e suas relações com a militarização, o racismo, a espoliação territorial e a crise ecológica. Mais recentemente, o surgimento de termos como *travesticídio* e *transfeminicídio* (Radi e Sardá-Chandiramani, 2016) ampliou o alcance político dessa crítica, integrando as lutas LGBTIQ+. Esse arcabouço conceitual, assim como as experiências militantes — em particular as de Ciudad Juárez — influenciaram fortemente o NUM. Diretamente inspirado no “Ni Una Más” (“Nem Mais Uma”), proposto por Susana Chávez, militante mexicana, contra os feminicídios em Ciudad Juárez, o NUM cria um *continuum* na análise das violências machistas e da luta pela vida como paradigma do movimento. Além disso, para além da denúncia da sistematização do feminicídio, o NUM integrou-se à luta pela legalização do aborto, possibilitando assim a conquista de direitos sexuais e reprodutivos², ao mesmo tempo em que criou novas dinâmicas de organização, demandas e agendas (Natalucci e Rey, 2018).

O slogan *Ni Una Menos* rapidamente ultrapassa fronteiras, reconfigurando-se de acordo com os contextos políticos, as culturas militantes e as memórias coletivas. No Chile, por exemplo, a performance *Un violador en tu camino*, do coletivo LASTESIS (2019), traduz e prolonga o espírito do NUM em uma crítica performativa da justiça patriarcal; no Peru, as manifestações *Ni Una Menos* — Tocan a Una, Tocan a Todas (2016–2017) articulam a denúncia do feminicídio com a justiça de transição; na América Central, os coletivos feministas indígenas associam a noção de *cuerpo-territorio* (Cabral, 2010) à defesa da vida comunitária. Esse ciclo conseguiu, assim, uma rápida transnacionalização, em particular pela viralização de suas formas expressivas e pelo uso ativista das redes sociais. A disseminação dos slogans, do lenço verde, dos brilhos ou das performances evidencia o potencial transfronteiriço do movimento, que, para além das identidades nacionais, participa da construção de um horizonte feminista comum. Em 8 de março de 2017, a primeira greve internacional de mulheres marca um ponto de inflexão: *Ni Una Menos* torna-se uma plataforma transnacional de articulação entre trabalho reprodutivo, precariedade, dívida, extrativismo e violências de gênero (Gago, 2019). O movimento afirma, assim, uma identidade profundamente interseccional e se amplia para incluir uma crítica radical ao patriarcado e ao capitalismo (Spyer-Dulci, 2024). Ao colocar em evidência o papel dos corpos feminizados no trabalho de produção e de reprodução, bem como a feminização do cuidado, a politização da dimensão econômica do gênero possibilitou uma transversalização do movimento, incorporando uma perspectiva feminista à agenda dos setores sindicalistas e, ao mesmo tempo, reforçando a leitura econômica da conjuntura política do movimento.

Numerosos trabalhos destacaram a centralidade do vínculo entre estética e política nas composições expressivas do movimento, bem como a ativação de repertórios emocionais e afetivos complexos (Bertolaccini, 2021, 2023; Palmeiro, 2019; Gutiérrez, 2023; Vacarezza,

² Na Argentina, foram aprovadas as leis Micaela, Brisa, sobre Paridade de Gênero e sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (doravante IVG); da mesma forma, foram criados o registro de feminicídios e o Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidades.

2025). Essa bibliografia reconhece a emergência de ativismos artísticos³ próprios dos movimentos feministas, traçando assim uma continuidade com as políticas visuais mobilizadas pelos movimentos de Direitos Humanos na Argentina. A título de exemplo, o *pañuelo verde*, lenço verde que foi escolhido como símbolo pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito⁴, lançada na Argentina em 2005, tornou-se, a partir de 2015, um símbolo regional das lutas pela descriminalização do aborto. Preso às mochilas de estudantes secundaristas, erguido no ar durante os *pañuelazos*⁵, amarrado ao redor do pescoço ou ainda utilizado para cobrir o rosto em ações diretas, o lenço verde cria uma filiação direta com o lenço branco usado como signo distintivo pelas Mães e Avós da Praça de Maio em suas aparições públicas pela aparição com vida de seus filhos e netos desaparecidos pela última ditadura militar (1976–1983). Ana Longoni (2021) vê, na reapropriação do lenço, a manifestação de um poder transfigurador do feminismo: ao ressignificar o passado argentino, ele conecta as “loucas da praça” às “netas das bruxas que não conseguiram queimar”, em uma aliança sororal que desloca e subverte as fronteiras do político.

Essa renovação das formas de luta coloca o corpo no centro da contestação: ao mesmo tempo suporte material de inscrição da manifestação, mas também veículo afetivo e performativo, a presença massiva dos corpos e das estéticas contestatórias que eles carregam interrompe o regime dos sentidos, do visível e do invisível que constitui o espaço público (Rancière, 2015). Essa dimensão tátil, festiva e corporal da contestação feminista atinge seu ápice com a *Marea Verde*, na sintonia de milhares de pessoas que reivindicam juntas, nas ruas, o direito de decidir sobre seus corpos, ativando assim repertórios emocionais disruptivos em relação à trama afetiva estabelecida pelo patriarcado cis-heterossexual (Vacarezza, 2025).

Dez anos depois, esse ciclo transformou profundamente os imaginários políticos do feminismo. Ele possibilitou uma massificação inédita do movimento, o reconhecimento público das violências estruturais e uma reconfiguração das alianças entre feministas, sindicalistas, ativistas LGBTIQ+, estudantes, trabalhadoras domésticas e rurais. No entanto, essa massificação vem acompanhada de tensões: entre justiça punitiva e justiça transformadora; entre horizontalidade militante e institucionalização; entre a politização do cuidado e seu esgotamento; ou ainda entre a universalização do discurso e ancoragens mais locais. Nos últimos anos, emergiram também contra-movimentos conservadores que buscam deslegitimar os avanços feministas, invocando a ideia de “backlash” para criticar as políticas queer, trans e feministas, acusando-as de terem “ido longe demais”. Esse contexto coloca um verdadeiro desafio para o pensamento crítico e político: como, dez anos após a primeira mobilização massiva, realizar um balanço do *Ni Una Menos* que permita interrogar de forma

³ Esta categoria, elaborada por Ana Longoni no início dos anos 2000, designa “produções e ações frequentemente coletivas que recorrem a recursos artísticos com a intenção de tomar posição e incidir de alguma forma no território do político” (“agrupo bajo esta definición producciones y acciones, muchas veces colectivas, que abrevian en recursos artísticos con la voluntad de tomar posición e incidir de alguna forma en el territorio de lo político”) (Longoni, 2009, p. 18).

⁴ A *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito*.

⁵ O *pañuelazo* é uma ação performativa realizada por uma multidão de manifestantes em uma praça, na rua ou diante de uma instituição, que consiste em erguer um lenço no ar. Essa ação foi amplamente realizada pelo movimento feminista argentino, ilustrando a *Marea Verde*.

lúcida as problemáticas punitivistas e identitárias de certas agendas feministas, sem, no entanto, fazer o jogo dos setores conservadores? (Cuello, 2024; Mitidieri y Escales, 2024).

Essa periodização crítica que propomos iniciar aqui convida, portanto, aos contribuintes a refletirem sobre as origens, dinâmicas, heranças e balanços desse movimento, reconhecendo a diversidade geográfica e política dos feminismos latino-americanos. Trata-se de interrogar ao *Ni Una Menos* como um momento de intensificação de uma longa história de lutas, marcada por trajetórias, temporalidades e contextos plurais — da pandemia de COVID-19 à ascensão das direitas conservadoras. Na esteira de Juliana Esquivel (2022, 2025), propomos superar a periodização em “ondas” para pensar às continuidades, os ancoragens locais e os processos organizativos que tornaram possível a massificação de 2015.

Afim de abordar esse fenômeno de maneira crítica, propomos cinco eixos de reflexão complementares, detalhados a seguir:

- 1. Contribuições epistemológicas, conceituais e práticas dos feminismos latino-americanos**
Estudos dos conceitos de “femicídio” ou “feminicídio”, “travesticídio” e “transfeminicídio”, “acuerpar” ou “corpo-território”; diálogos entre saberes militantes, acadêmicos e populares, bem como diálogos com outros movimentos na região ou em escala internacional.
- 2. Sujeito político, interseções, paradigma da vítima e tensões**
Pluralidade de atrizes e atores: juventudes, dissidências, afrodescendentes, povos indígenas, camponeses/as, sindicalistas. Modos de organização, coalizões e fricções internas.
- 3. Circulações transamericanas e transnacionais**
Difusão de repertórios (greve, cantos, slogans, *pañuelo verde*), redes digitais, diásporas, traduções e reapropriações locais.
- 4. Gramáticas ativistas e artísticas**
Performances, visualidades, cantos, dispositivos de arquivamento feministas, reconfigurações do sensível e do político.
- 5. Balanços, periodizações e respostas reacionárias**
Institucionalização, justiça transformadora, efeitos da pandemia, respostas aos contra-movimentos. Reflexões sobre as continuidades e rupturas do ciclo do NUM.

Modalidades de submissão

O dossiê está aberto a artigos científicos, bem como a notas de campo, resenhas, entrevistas e textos de opinião ou literários. Os artigos completos deverão ser enviados até **1 de março de 2026** para o endereço:

- tania.romerobarrios@gmail.com
- marjolainedavid44@gmail.com
- paulinecoeuret97@gmail.com

Os textos deverão seguir as normas bibliográficas da revista **RITA**.

Coordenadoras do número

- Tania Romero Barrios, doutoranda, Université Paris 8, LER/CERLOM/IFEA
- Marjolaine David Briand, doutoranda, Université de Bordeaux Montaigne, AMERIBER/ Universidad de Buenos Aires
- Pauline Coeuret, doutoranda, Université Paris Nanterre, CRIIA

Bibliografia indicativa

- Bertolaccini, Luciana (2021). *Desde el corazón de la marea. Estética y política en las protestas sociales del movimiento feminista en Rosario*, UNR Editoras, Rosario. [Lien : https://unreditora.unr.edu.ar/producto/desde-el-corazon-de-la-marea/](https://unreditora.unr.edu.ar/producto/desde-el-corazon-de-la-marea/)
- Bertolaccini, Luciana (2023). «Nos queremos vivxs, libres y sin miedo. Festividad, goce y alegría como repertorios de protesta social feminista» in *Concepciones*, n. 8, pp. 1-25. [Lien : https://doi.org/10.46608/conceptos2023b/art2](https://doi.org/10.46608/conceptos2023b/art2)
- Caputi Jane, Russell Diana E. H. (2023 (1990)), «“Femicide”: speaking the unspeakable», in Spillard Katherine (ed.), *50 years of Ms. The best of the pathfinding magazine that ignited a revolution*, Knopf, New York, pp. 188-192
- Dawson Myrna, Mobayed Vega Saide (ed.) (2023), *The Routledge international handbook on femicide and feminicide*, Routledge, New York, 616p.
- Chaparro, Amneris (2022). «Las olas feministas, ¿una metáfora innecesaria?» in *Korpus21*, pp. 77-92. Lien: <https://doi.org/10.22136/korpus21202284>
- Courau, Thérèse (2022). « Introduction. Activisme artistique et renouveau du militantisme en Amérique latine : Performer le XXI ème siècle ». *L'Ordinaire des Amériques*, n. 228. [Lien : https://doi.org/10.4000/orda.6919](https://doi.org/10.4000/orda.6919)
- Cuello, Nicolas (2024). Sobre el progresismo indolente : Imágenes de la culpabilidad y la moderación afectiva ante la crítica feminista, trans y queer. *Mora*, 2(30), 147-152.
- Esquivel, Juliana (2022). *La movilización feminista en el centro del debate : Hacia un estado del arte sobre la cuarta ola en Argentina*. <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.5550/pm.5550.pdf>
- Esquivel, Juliana (2025). *Entre arena y olas : La manifestación feminista en La Plata (2001-2019)*, thèse de doctorat soutenue à l'Universidad Nacional de La Plata. Faculté de Humanidades y Ciencias de la Educación. <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=tesis&d=Jte3074>
- Fregoso Rosa-Linda, Bejarano Cynthia (eds.) (2010), *Terrorizing women. Femicide in the Americas*, Duke University Press, Durham, 382p.
- Friedman, Elizabeth. J., Tabbush, Constanza, Rossi, Felicitas (2020). *Género, sexualidad e izquierdas latinoamericanas : El reclamo de derechos durante la marea rosa*. CLACSO, 369p.

- Gago, Verónica, Gutiérrez, Raquel, Draper, Susana, Menéndez, Mariana, Montanelli, Marina, & Rolnik, Suely (2018). *8M Constelación feminista. ¿Cuál es tu huelga? ¿Cuál es tu lucha?*. Tinta Limón, Buenos Aires, 136p. https://tintalimon.com.ar/public/53lu3fymk97mvaolavou6umunab0/pdf_978-987-368-7-37-2.pdf
- Gago, Verónica (2021). *La puissance féministe ou le désir de tout changer*, Éditions Divergence: Paris, traduit de l'anglais pas Léa Nicolas-Teboul, 268p.
- García, Mailén (2021). «De pañuelos verdes y pañuelazos. Las relaciones entre la movilización social y la memoria en la lucha por los derechos de las mujeres» in *Clepsidra - Revista interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, vol. 8, n. 15, pp. 116-133.
- Gutiérrez, Laura (2023). «Duelo y Resistencia Contra las Violencias Sexo-Genéricas. Articulaciones, Debates y Corrimientos en la Protesta Feminista, de Mujeres y LGBTIQ en Paraná (2015-2017)» in *Revista Punto Género* n. 20, pp. 92-123. Lien : <https://doi.org/10.5354/2735-7473.2023.73462>
- Lagarde, Marcela (2008). «Violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres» in *XI Congreso de Antropología: retos teóricos y nuevas prácticas*, Universidad Autónoma de México, pp. 209-239.
- Lapalus, Marylène, Mora, Mariana R. (2020). «Fémicide/féminicide : Les enjeux politiques d'une catégorie juridique et militante» in *Travail, genre et société*, vol. 1, n. 43, La Découverte, Paris, pp. 155-160.
- Longoni, A. (2009). Activismo artístico en la última década en Argentina : Algunas acciones en torno a la segunda desaparición de Jorge Julio López. *ERRATA#*, 19.
- Longoni, Ana (2020). «Pañuelos : De cómo las Madres se volvieron feministas y las feministas encontraron Madres» in *Carta(s) : Tiempos incompletos*. Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia. Lien : https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/194331
- Mandelli, Thatiane, Spyer-Dulci, Teresa (2024). «En las redes y las calles: estrategias de atuação do coletivo argentino Ni Una Menos» in *Autoctonía. Revista de Ciencias Sociales e Historia*, Santiago de Chile, vol. 8, pp. 18-58.
- Mitidieri, Gabriela, Escales, Vanina (2024). Presentación. *Mora*, vol. 2, n. 30, pp. 105-108. Enlace: https://doi.org/10.34096/mora.n30.16548
- Monárrez Fragoso Julia Estela (2009). *Trama de una injusticia. Feminicidio sexual sistémico en Ciudad Juárez*, El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, Miguel Ángel Porrúa, Ciudad de México, 2009, 321p.
- Natalucci, Ana, & Rey, Julieta (2018). «¿Una nueva oleada feminista? Agendas de género, repertorios de acción y colectivos de mujeres (Argentina, 2015-2018)» in *Revista de estudios políticos y estratégicos*, vol., n. 2, pp. 14-34.
- Natalucci, Ana, Fernández Mouján, Lucía, Mate, Ernesto (coord.) (2023). *La protesta social en la era Cambiemos: conflicto por la distribución y la respuesta represiva*. Base de datos en protestas sociales en Argentina, Buenos Aires. CITRA (CONICET-UMET), 87p.
- Natalucci, Ana, & Messore, Florencia (2023). «El feminismo de masas : La movilización de las mujeres y diversidades en el ciclo de la marea verde (Argentina,

2015-2020)» in *Revista Punto Género*, n. 20, pp. 178-205. Lien : <https://doi.org/10.5354/2735-7473.2023.73465>

- Palmeiro, Cecilia (2019). «Ni Una Menos : Las lenguas locas del grito colectivo a la marea global» in *Cuadernos de literatura*, vol. 23, n. 46, pp. 177-195.
- Rancière, Jacques (2015). *Le partage du sensible : Esthétique et politique*. la Fabrique.
- Segato, Rita Laura (2016). *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de Sueños. Lien : <http://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/jspui/handle/123456789/148>
- Vacarezza, Nayla Luz (2025). *Las pasiones alegres del feminismo: O cómo agitar la imaginación política contemporánea*. Siglo XXI Editores.